



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DPF/PAC/RR

Decisão nº 10708273/2019-NUMIG/DPF/PAC/RR

Processo: 08115.002819/2019-44

Assunto: **Decisão de Recurso de Multa**

Auto de infração e notificação: 1223\_00434\_2019

Data da infração: 01/02/2019

DECISÃO DE RECURSO DE MULTA

**YULYS TERESA MORENA, estrangeira de nacionalidade venezuelana**, foi autuada por infração ao art. 109, II da Lei 13.445/2017, em razão de ultrapassar em 19 dias o prazo de estada legal no país.

Preliminarmente, verifica-se que o recurso é tempestivo, posto que foram apresentadas alegações de defesa, dentro do prazo legalmente previsto.

A estrangeira apresentou formulário padrão da Defensoria Pública da União alegando estar em situação econômica extremamente precária. Além disso, relatou que sua filha estava doente em Manaus e em razão disso não registrou controle migratório de saída dentro do prazo legal.

A fim de se comprovar as alegações não apresentou documentação juntada nos autos.

1. Declaração de razões:

A mera alegação da estrangeira não é elemento suficiente para afastar a autuação realizada, pois o ônus da prova cabe a quem alega, nos termos do art. 373, II do Novo Código de Processo Civil c.c. art. 4º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/42), tendo em vista que a recorrente não juntou nenhum documento comprobatório.

Sendo assim, inexistindo fundamento capaz de afastar a multa aplicada e presentes as formalidades legais do ato administrativo, **JULGO subsistente o auto de infração nº 1223\_00434\_2019** da DPF/PAC/RR, determino que se promovam as devidas movimentações e anotações, inclusive a inserção no STI-MAR, posto que não realizada até a presente data. Dê-se a publicidade ao ato conforme ordenamento jurídico e regulamentação normativa interna.

Notifique-se o autuado acerca do teor da presente decisão, bem como registre-se que eventual recurso deverá ser apresentado nos termos legais.

**VINICIUS VENTURINI**  
Delegado de Polícia Federal  
Mat. 19627



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS VENTURINI, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/04/2019, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10708273** e o código CRC **E2E5C2F9**.

---

Referência: Processo nº 08115.002819/2019-44

SEI nº 10708273